

Em continuidade à discussão que a *Educação em Revista* buscou promover acerca de *Educação, direitos humanos e cidadania*, apresentamos o terceiro volume com artigos de pesquisadoras e pesquisadores que abordam o tema em pauta, sob diferentes aspectos. Pretendemos contribuir para o aprofundamento do debate e do conhecimento a respeito da temática, apontando a importância da educação para a cultura dos direitos humanos. Entendemos que a educação sozinha não pode transformar o todo social, contudo, pode cooperar para a reflexão e ação na perspectiva de uma sociedade democrática, da qual os direitos e a cidadania são pressupostos.

No primeiro artigo, *Direitos humanos e instrução pública segundo Condorcet*, Sidney Reinaldo Silva analisa a relação entre direitos do homem e instrução pública, a partir das ideias de Condorcet, articulando o epistêmico, o jurídico e o pedagógico e o currículo escolar.

No segundo artigo, *Favor, cordialidade & direitos: repercussões educacionais*, Daniele Pechuti Kowalewski reflete sobre a permanência da ideia do *favor*, em nossa socialização e em nossa democracia, em detrimento da ideia de *direitos*. Salienta que, na sociedade brasileira, houve dificuldade em distanciar as esferas pública e privada, ao longo da formação do Estado Nacional, o que contribuiu, além de outros fatores, para o estranhamento acerca da ideia de direitos, que envolve universalidade, igualdade, responsabilidades e reciprocidade.

Catharina Edna Rodriguez Alves, em *Fernando de Azevedo e o esboço de uma teoria pedagógica para as condições da educação brasileira*, analisa as configurações dos saberes filosófico e sociológico, em torno das quais se constitui a teoria pedagógica de Fernando de Azevedo, que procura compreender a totalidade do fenômeno educativo e conferir um sentido universal à educação brasileira.

O artigo de Edileusa Santos Oliveira e Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro, *Re(a)presentando as faces de uma palavra: breve estudo sobre o conceito “representação”*, versa sobre o conceito de representação, numa abordagem histórica, com o propósito de “conhecer os níveis, os significados e as dimensões de saber que foram representadas por ele”.

Em *Cidadania negra: entre o jurídico e o sociológico*, Alexandre de Castro e Antonio Vasconcellos Junior atentam para o fato de que o uso indiscriminado do termo *cidadania* colabora negativamente para a concepção do ser cidadão e cidadã. Abordam o tema em sua relação com as minorias sociais, o negro e a cidadania. Discutem a definição de cidadania do ponto de vista jurídico, considerando os elementos de elegibilidade e alistabilidade, que caracterizam a concepção de

cidadão no Direito brasileiro, sob a ótica do jurídico, e a concepção sociológica do termo, com referência ao estudo de Thomas Humprey Marshall, *Cidadania, classe social e status*.

Sofia Marques da Silva, em *Estratégias Juvenis para garantir dignidade e reconhecimento: a experiência de pertencer a uma casa da juventude em Portugal*, mostra que a escola tem sido dominante na definição da pertença juvenil a uma identidade política e social. Apresenta um estudo etnográfico realizado numa Casa da Juventude, situada na periferia da cidade do Porto, em torno das culturas, transições e experiências juvenis na primeira década do século XXI.

Carlos Alberto Gomes, Guilherme Rego da Silva e Daniela Vilaverde e Silva, em *A Indisciplina numa Escola Portuguesa – Olhares da Comunidade Educativa*, apresentam e analisam resultados do projeto de pesquisa *Civismo, Indisciplina e Cidadania* desenvolvido entre 2006 e 2008, em uma escola pública de Guimarães, no norte de Portugal.

Através das análises e discussões aqui empreendidas, esperamos contribuir para o aprofundamento do conhecimento a respeito da educação em direitos humanos e para a cidadania, bem como das práticas educacionais relacionadas a esta temática na complexidade do cotidiano das instituições educacionais.